Vítor Oliveira Jorge
[Coordenador]

CONSERVAR PARA QUÊ?

8ª Mesa-redonda de Primavera

Realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 26 e 27 de Março de 2004

PORTO·COIMBRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
(Fundação para a Ciência e a Tecnologia)
2005

GESTÃO DA INFORMAÇÃO/PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NA ERA PÓS-CUSTODIAL: UM EQUILÍBRIO PRECÁRIO?

por

Fernanda Ribeiro*

Resumo: Tradicionalmente, bibliotecas e arquivos têm sido considerados locais privilegiados de conservação da memória, ideia intimamente associada à guarda/custódia de documentos (suportes materiais de informação, predominantemente em papel), com o fim supremo de servir interesses culturais e de investigação (especialmente a histórica). Esta visão historicista e patrimonial foi, contudo, posta irreversivelmente em causa por efeito da revolução tecnológica iniciada ainda no século XIX (surgimento do telégrafo, do telefone, da fotografia, da rádio, do cinema...) e acelerada dramaticamente no pós Segunda Guerra Mundial por efeito das Tecnologias da Informação e da Comunicação, atingindo o seu auge com a introdução do "digital" e da Internet nas duas últimas décadas. Ao paradigma tradicional começa a contrapor-se uma nova perspectiva, centrada na Informação como objecto de trabalho e de estudo, o que legitimou o termo "era pós-custodial".

Neste texto discute-se a necessidade/possibilidade de continuar a preservar a memória (informacional) num tempo em que a Informação se gera e se gere a ritmos vertiginosos. Será que é possível compatibilizar a gestão da informação com a conservação da memória? Ou não será esta conservação parte indissociável de uma gestão da informação com qualidade?

Palavras-chave: Gestão de informação; conservação de informação; memória.

Abstract: Traditionally, libraries and archives has been seen as repositories of memory, and this idea is connected with the custody of documents (physical media of information, mainly in paper) with the purpose of serving cultural and research interests (specially the historical ones). This historical and cultural heritage perspective has been, however, contested definitively by effect of the technological revolution which began in 19th century (the appearance of telegraph, telephone, photography, radio, cinema...), increased after World War II because of Information and Communication Technologies have reached its highest point with the introduction of digital technology and the World Wide Web, during the last two decades. Face to face with the traditional paradigm emerges a new perspective, whose object of study and work is Information, legitimating therefore the term "post-custodial era".

In this text the author discusses the need/possibility of keeping on preserving memory (the informational one) in a time where Information is generated and managed at a crazy rhythm. Will it be possible to make information management compatible with the preservation of memory? Or shall this preservation be an inseparable part of an information management with quality?

Key-words: Information management; information preservation; memory.

---

* Professora Auxiliar, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E-mail: fribeiro@letras.up.pt

1. A Tradição: guardar informação/documentos para conservar a memória

A visão tradicional que temos relativamente às bibliotecas e aos arquivos é a de que tais instituições/serviços se assumem como locais privilegiados para conservar a produção de registos escritos, gráficos, sonoros, audiovisuais, electrónicos, etc., que formam uma memória que é importante preservar, pelo facto de constituir factor de identidade nacional. Contudo, esta perspectiva é relativamente recente, se comparada com a longevidade das bibliotecas e dos arquivos, encarados como repositórios de informação, pois ela é um "produto" da Modernidade, herdeiro das concepções iluministas e dos ideais da Revolução Francesa.

Nas origens (*grosso modo* coincidentes com a invenção da escrita), os repositórios de informação – que, mais tarde, vieram a ser designados por bibliotecas e arquivos – não tinham um objectivo definido; foram surgindo e ganhando uma estrutura cada vez mais complexa por razões meramente pragmáticas e como consequência natural da actividade humana e social. A invenção da escrita veio permitir registar num suporte exterior à mente e à voz humanas a *informação* que o Homem produzia desde que começou a existir e a comunicar. Este registo ocorre, pode-se dizer, de forma espontânea, apenas porque a informação tem um uso recorrente e a memorização em suporte exterior ao ser humano, seu produtor, constitui uma garantia mais eficaz da sua perdurabilidade e potencia um uso repetido e dilatado no tempo. A conservação da informação (ou dos documentos, querendo este termo significar informação registada num suporte físico) como memória surge, pois, como uma necessidade e não como um objectivo em si mesmo.

Desde os tempos mais remotos (época das chamadas civilizações pré-clássicas) que se começaram a guardar em lugares importantes e seguros (templos, santuários, palácios reais...) os registos de informação considerados relevantes para a administração financeira, as relações diplomáticas ou as funções jurídicas das diversas sociedades, reinos ou cidades poderosas, ou ainda para a educação literária, religiosa ou filosófica dos governantes e dos membros das classes dirigentes. Os núcleos informacionais assim constituídos não eram ainda apelidados de bibliotecas ou arquivos (a distinção é muito mais tardia) mas podiam ser designados, à luz da terminologia actual, de "sistemas de informação"[1].

Com o desenvolvimento das estruturas sociais e das administrações públicas e privadas, em estreita ligação com o poder político das classes dominantes, a necessi-

---

[1] Sobre as origens e a evolução, na Antiguidade, dos sistemas de informação (arquivos e bibliotecas) pode-se ver, por exemplo: HARRIS, Michael H. – *History of libraries in the western world*. 4th ed. Lanham; London: The Scarecrow Press, cop. 1995. ISBN 0-8108-2972-X; SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1999. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 2). ISBN 972-36-0483-3. vol. 1, cap. 2.

dade de organização da informação tornou-se indispensável. Arquivos e bibliotecas foram concentrando/conservando informação, o que implicou a sua classificação e arrumação ordenada, bem como a elaboração de instrumentos de acesso – índices, inventários, catálogos, etc. – destinados a viabilizar a recuperação dos registos informacionais para fins operativos das próprias administrações. Foi-se, pois, apurando a prática arquivística e biblioteconómica, fruto da experiência e das novas realidades que iam surgindo. A invenção da imprensa, em meados do século XV, foi, porventura, um dos acontecimentos que mais desafios colocaram, desencadeando uma verdadeira revolução e provocando múltiplas consequências aos mais diversos níveis da sociedade, em particular no que se refere à produção, uso e conservação da informação.

Contudo, a evolução dos sistemas de informação, públicos e privados, desde as origens à Revolução Francesa, pode-se considerar que seguiu uma certa linearidade, sem rupturas estruturais e sem desvios muito significativos. A concentração de informação/documentos em depósitos apropriados, e mais tarde, em serviços/unidades orgânicas dentro das instituições produtoras da informação – que além dos cuidados da conservação física também se encarregavam de gerir o acesso e o uso dessa informação – ocorreu sempre por razões instrumentais e operativas, servindo os interesses dos seus utilizadores mais frequentes, em regra, as respectivas entidades produtoras.

Esta evolução sem sobressaltos sofreu um abalo estrutural após a Revolução Francesa e por influência do racionalismo iluminista. A ideia de Nação e, consequentemente, a preocupação em nacionalizar os bens das classes dominantes do Antigo Regime, estiveram na génese do paradigma custodial, histórico-tecnicista e documentalista, que se afirmou e consolidou ao longo do século XIX e grande parte do século XX[2]. A conservação da informação/dos documentos passou a constituir um objectivo da nova ordem liberal, mas agora com a finalidade de servir outros interesses (historiográficos, culturais...) que não os dos respectivos produtores. O valor dado à "prova documental" pela História positivista e respectivas "ciências auxiliares", contando-se, entre elas, a Arquivologia, a Bibliologia, a Paleografia e a Diplomática, contribuiu para a política concentracionista, que transferiu para as mãos do Estado volumes incomensuráveis de documentação considerada fundamental para o estudo e a investigação sobre o passado da Nação. Este "modelo francês" propagou-se por vários países da Europa, seguidores da ideologia liberal, e continua a dominar até aos dias de hoje, sendo a visão patrimonialista preponderante, particularmente na área dos arquivos. Contudo, é um modelo inspirado por um paradigma em crise, que começou a ser "ameaçado" pela discreta revolução tecnológica, iniciada ainda na centúria de

[2] Sobre a caracterização do paradigma tradicional, no que se refere aos arquivos, ver: RIBEIRO, Fernanda – Archival Science and changes in the paradigm. *Archival Science: international journal on recorded information*. Dordrecht [etc.]. ISSN 1389-0166. 1:3 (2001) 295-310.

Oitocentos, com o telégrafo, o telefone, a máquina de escrever, a rádio, o cinema... e acelerada após a Segunda Guerra Mundial com o aparecimento e a disseminação da televisão, dos computadores, das comunicações por satélite, enfim, com a recente revolução digital. A visão tradicional entrou definitivamente em colapso e a tecnologia está na génese de um novo paradigma em que o objecto "documento" – bem valorizável na categoria de "património", que importa conservar como testemunho material não só porque contém informação, mas também porque constitui um artefacto inserido na cultura de uma dada época – está rapidamente a ser substituído pelo objecto "informação", entendida como fenómeno humano e social, que se torna cognoscível e potenciador da produção de conhecimento científico sobre si próprio.

2. A Era pós-custodial: preservar a memória por efeito de uma gestão de informação com qualidade

O novo paradigma emergente já se faz sentir desde a década de sessenta do século XX na actividade dos profissionais da informação e obrigou-os a apostar no reforço da sua identidade epistemológica, através do investimento académico na Ciência da Informação (C. I.), jovem área científica, ainda em construção, e não totalmente isenta de polémicas e de debates controversos. Com efeito, a simbiose entre a informação e a tecnologia digital veio pôr em causa a noção estática e clássica de documento como conceito operatório e como objecto de conhecimento e assinalou a entrada dos Arquivos e das Bibliotecas na chamada "era pós-custodial"[3], passando a Informação a afirmar-se como objecto em torno do qual se produz conhecimento científico numa área que, em 1958, nos Estados Unidos da América, foi baptizada com o nome de *Information Science*.

A emergência da C. I. não surge de modo espontâneo, mas resulta de um processo evolutivo com origens remotas na Biblioteconomia e na Documentação, cujo principal mentor foi Paul Otlet, um advogado belga que, em finais do século XIX, já aspirava a construir um centro de documentação que tornasse possível o controlo e a referenciação de toda a produção bibliográfica à escala mundial, a que dera o significativo nome de Mundaneum[4]. O sistema de informação concebido por Paul Otlet,

---

[3] O termo "era pós-custodial" começou a vulgarizar-se a partir de um texto de autoria do conhecido arquivista canadiano Terry Cook (cf.: COOK, Terry – The Concept of archival fonds: theory, description and provenance in the post-custodial era. In *The Archival fonds: from theory to practice*. Ed. by Terry Eastwood. [S. l.]: Bureau of Canadian Archivists, 1992. ISBN 0-9690797-6-1. p. 31-85.

[4] Sobre o Mundaneum e a sua actividade, ver: RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle – P. Otlet's Mundaneum and the international perspective in the history of documentation and information science. *JASIS – Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (Apr. 1997) 301-309.

com a colaboração, entre outros, de Henri La Fontaine, já não era uma biblioteca tradicional onde se reuniam fisicamente documentos, maioritariamente livros e publicações periódicas, mas sim um centro acumulador e difusor de informação, em que os aspectos do acesso e da partilha de recursos eram absolutamente predominantes[5].

A evolução, na continuidade, das ideias e das práticas defendidas por Paul Otlet, que se consubstanciavam na noção de Documentação por ele perfilhada, conduziu ao nascimento da *Information Science*[6], paradigmaticamente definida por Harold Borko, em 1968, num artigo clássico intitulado *Information Science – what is it?*[7], da seguinte forma:

> *Ciência da Informação – a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a optimização do acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange a origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Isto inclui a investigação, as representações da informação tanto no sistema natural, como no artificial, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos serviços e técnicas de processamento da informação e seus sistemas de programação. Trata-se de uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e outros campos similares. Tem tanto uma componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos*[8].

A esta definição, extensa e englobante, acrescenta ainda a significativa afirmação: (...) *a biblioteconomia e a documentação são aspectos aplicados da ciência da informação.*

---

[5] A este propósito, ver: RAYWARD, W. Boyd – The Origins of information science and the International Institute of Bibliography / International Federation for Information and Documentation (FID). *JASIS – Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (Apr. 1997) 289-300.

[6] Sobre a origem e evolução da Ciência da Informação, ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4. cap. 2, ponto 1.

[7] BORKO, Harold – Information Science – what is it? *American Documentation*. Washington. 19:1 (Jan. 1968) 3-5.

[8] Citado e traduzido de: FROEHLICH, Thomas J. – Challenges to curriculum development in Information Science. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1, Porto, 1985 – *A Informação em tempo de mudança: actas*. Porto: BAD, 1985. vol. 2, p. 488.

De notar que a definição de Harold Borko retoma, aperfeiçoando-a com ligeiras, mas significativas alterações, a definição surgida nas conferências do Georgia Institute of Technology, realizadas em Outubro de 1961 e Abril de 1962, a qual pode ser vista em: SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. – History and foundations of Information Science. *Annual Review of Information Science and Technology*. Washington. 12 (1977) 249-275.

A partir dos anos sessenta do século XX, a construção científica da C. I., que toma como objecto de estudo a Informação, tem-se feito de uma forma não isenta de controvérsia e de ambiguidade, quer quanto ao seu carácter inter, multi ou transdisciplinar, quer quanto à identidade dos profissionais com ela conotados. Não cabendo aqui um desenvolvimento sobre esta problemática[9], importa contudo anotar alguns aspectos que evidenciam a incipiente fundamentação epistemológica e teórica desta área do saber, levando diversos autores a considerá-la como uma ciência ainda emergente e, portanto, não consolidada: a) por um lado, tem-se assistido a uma marginalização (ou mesmo auto-marginalização) da Arquivística e dos arquivistas no processo evolutivo da Ciência da Informação, numa procura de afirmação de identidade científica, sem uma sólida base teórica de sustentação; b) por outro lado, também não há consenso científico sobre a unidade epistemológica da área, o que favorece posições de entendimento da C. I. como uma interdisciplina; c) por outro lado ainda, permanecem visões sustentadas pelo paradigma tradicional, que aceita apenas a Informação registada (Documentação) como objecto de estudo[10], reduzindo assim toda a compreensão do fenómeno informacional a um epifenómeno do mesmo, o que produz necessariamente efeitos perversos de um ponto de vista científico.

Apesar deste quadro multi-facetado, que brevemente enunciámos e que nos leva ao entendimento da C. I. como uma área ainda jovem ou mesmo emergente, não restam dúvidas quanto às características dos novos contextos em que socialmente se gera, manipula e conserva a Informação, nem quanto ao facto de isso estar a conduzir a uma mudança de paradigma.

Definir **Informação**, com rigor e com consequências directas a nível formativo e aplicacional, torna-se, pois, indispensável para repensar e reorientar epistemologicamente uma área de cariz prático e assente num saber empírico. Assim, se definirmos **Informação** como um **conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada**[11], somos obrigados a rever criticamente a noção de documento e a tirar daí múltiplas consequências, que afectam directamente as profissões de Arquivista e

---

[9] Sobre o assunto, ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Op. cit.*

[10] A "escola" espanhola, personificada por José López Yepes e seus seguidores, é um exemplo paradigmático desta perspectiva (ver, por exemplo: LÓPEZ YEPES, José – *La Documentación como disciplina: teoría y historia*. 2ª ed. actualizada y ampliada. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1995. ISBN 84-313-1328-5; LÓPEZ YEPES, José; ROS GARCIA, Juan – *Qué es documentación?: teoría y história del concepto en España*. Madrid: Editorial Síntesis, 1993. ISBN 84-7738-213-1).

[11] Ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação...* (*op. cit.*) p. 37.

de Bibliotecário. Estes não podem continuar a ser apenas guardiães de memória, que conservam, arrumam e disponibilizam documentos ao serviço dos investigadores, mas têm, forçosamente, de se assumir como estruturadores e "gestores" de Informação em qualquer contexto orgânico produtor de fluxo informacional.

Nos novos contextos da Sociedade da Informação coloca-se, hoje, com a maior pertinência, o problema da conservação da memória e sua compatibilização com uma Gestão da Informação de qualidade. Será possível harmonizar estes dois factores? Até que ponto coexistem num equilíbrio precário?

Estas questões ligam-se, obviamente, com a do papel/desempenho dos profissionais da Informação e constituem um dos maiores desafios que esses profissionais têm de enfrentar. Dado o volume incomensurável de Informação produzida e a rapidez com que a mesma se reproduz graças às facilidades da tecnologia, é inquestionável que se torna impossível conservar tudo. A ideia clássica que associa inequivocamente "memória" com "património", pressupondo uma materialização dos registos informacionais em suportes estáticos e permanentes, de que o papel é o exemplo mais comum, dificilmente se mantém na era da informação digital. O documento tradicional (objecto que se guardava em instituições destinadas a preservar a memória) deu já lugar a uma realidade virtual, que se constrói e reconstrói permanentemente, que se transfere de lugar e de suporte físico em fracções de segundos e que se reproduz sem limites passando a localizar-se, simultaneamente, numa pluralidade de espaços e tempos.

A decisão sobre a conservação da memória deixou de ser um problema que se põe *a posteriori*, isto é, muito tempo depois da informação ser produzida e após uma análise do seu valor como bem cultural, como fonte para a investigação e como objecto museológico (no caso dos livros raros, belos e de confecção cuidada e aprimorada). Na era do digital, a conservação da memória passou a ser um imperativo imediato, uma decisão a tomar no acto da criação da própria informação, sob pena de, posteriormente, não ser possível mantê-la, em condições de integridade. E a duplicação exagerada que a tecnologia proporciona e propicia (fotocópias, faxes, cópias do mesmo texto em *n* computadores, nas caixas de *e-mail* de *n* pessoas, em simultâneo com versões em papel, com cópias de segurança em disquete ou CD...) tornou impraticável, absolutamente redundante e economicamente inviável a conservação de todos estes "exemplares" do mesmo texto.

A conservação da memória, hoje, torna imperioso fazer eliminações com base em critérios de selecção objectivos e rigorosos, que implicam o estabelecimento de princípios fundamentadores para essa selecção, bem como o domínio das tecnologias para garantir uma migração sucessiva de suportes, necessária devido à rápida obsolescência do *hardware* e do *software*. Ou, dito de outra forma, torna-se quase inevitável que a decisão sobre o que se vai conservar seja tomada logo no momento da criação, implicando isso que, ao nível tecnológico, sejam respeitados os requisitos

necessários para garantir a perdurabilidade a longo termo, em condições de leitura adequadas. Caso contrário, teremos registos de informação obsoletos, impossíveis de descodificar, a não ser que se guardem as máquinas tal qual peças de museu.

Estas preocupações são, nos dias de hoje, aspectos essenciais do desempenho profissional dos gestores de informação/conservadores da memória, mas a caminhada está ainda a começar e o debate promete ser difícil e complexo!